

JOSÉ ARAÚJO



as mimosas
e a agonia

do
Parque Nacional



as mimosas
e a agonia
Parque^{do} Nacional

JOSÉ ARAÚJO

as mimosas
e a agonia
Parque^{do} Nacional

BRAGA
2 0 1 0

Ficha técnica

Título

AS MIMOSAS E A AGONIA DO PARQUE NACIONAL

Autor

JOSÉ ARAÚJO

Edição

DO AUTOR

Depósito Legal

312526/10

Execução Gráfica

**BARBOSA & XAVIER, L.D.A. - Artes Gráficas
Braga**

Data de publicação

Junho de 2010

Tiragem

500 exemplares

Dedicatória

*À memória do Eng. Lagrifa Mendes
com quem partilhei o entusiasmo
na criação do Parque Nacional*

NOTA PRÉVIA

Nascido na beleza e imensidão destas serranias geresianas, que sempre me fascinaram e fizeram sofrer, bem poderia, com toda a legitimidade, dedicar-lhes aquela bonita canção da minha infância.

Quando era pequenino,
Acabado de nascer,
Ainda mal abria os olhos,
Já era para te ver.

Nestes tempos eu sentia, como ninguém, o fascínio destas montanhas cujos recortes se assemelhavam ao rendilhado de uma coroa real que cobria o crepitar de um tipo de vida, muito modesto do ponto de vista humano mas enriquecido pelo policromo de uma natureza pura, pela abundância e diversidade de uma pecuária que garantia uma sobrevivência digna, por um céu azul salpicado de águias, pelo chilrear de todos os tipos de aves cujos nomes, ninhos e ovos eu conhecia, pelo aroma das flores e dos frutos.

Como qualquer jovem que aqui nasceu, tive, desde muito cedo, o desejo irresistível de trepar estas montanhas e conhecer o que estava para além delas.

Aconteceu que a uma montanha se sucedia outra e mais outra e eu continuei a trepar uma após outra e por toda a parte fui semeando e realizando sonhos de uma juventude cada vez mais distante mas sempre marcada pela ânsia fagueira de poder voltar e encontrar tudo aquilo que havia levado comigo num cantinho acrisolado das memórias da infância.

E lá chegou, finalmente, o dia em que se realizou o regresso e com ele a renovada esperança de reviver o que de bom havia ficado para trás e de ser agora possível concretizar o desejo de transformações outrora sonhadas.

Haviam passado os anos em que as múltiplas e abruptas viragens apenas haviam reforçado a capacidade de resistir nas adversidades e avivado a recordação dos dias de infância povoados de sonhos.

Porém muita mudança se havia operado e feito desaparecer muito do que de belo havia deixado.

Os companheiros de infância, desiludidos e desesperados com certas transformações operadas que lhes havia destruído as possibilidades de construir um futuro digno na terra que os viu nascer, haviam partido em busca de melhores condições de vida noutra qualquer canto do mundo.

E isto porque, de golpada em golpada, pessoas estranhas e insensíveis ao mundo rural, os haviam esbulhado da parte mais rica da serra para substituir rebanhos por pinheiros e submergido as searas nas barragens, transformando modestos e honrados agricultores em párias sociais.

Toda a região havia sido invadida por uma multidão de pretensos, arrogantes e estranhos «ecologistas» e «sábios» que, intitulado-se «Amigos do Parque Nacional», usaram e abusaram da inércia e ignorância dos governantes e pretenderam beneficiar de um direito de vida e de morte sobre toda a região.

É nestas circunstâncias que se verifica o meu regresso e, sem perda de tempo e algum desespero, fui confrontado com duas frentes de luta.

De um lado o atraso impensável em que encontrei a terra onde nasci e do outro a «alcateia» que se procurava aproveitar da sua agonia.

Felizmente consegui recuperar em toda a linha.

Usando todo o tempo, toda a energia e capacidade de resistência na adversidade, consegui dotar a minha pobre terra de todas as infraestruturas de que necessitava, arrastando-a da Idade Média para o século XXI.

E consegui conter a «alcateia» que procurava acelerar a sua agonia.

Porém não consegui salvar o Parque Nacional por ser missão que exorbitava as minhas atribuições.

Mas ninguém conseguirá conter a minha revolta.

É certo que, em relação aos verdadeiros responsáveis pela agonia do Parque Nacional, os governantes terão de a assumir. Eu só posso dizer-lhes do meu desagrado já que sempre desprezaram o carinho e a esperança que depus no seu futuro.

Em relação a esses, que nunca quiseram ouvir ninguém e que tentaram humilhar-me, eu só posso, em resposta, algo irónica e não muito adequada, recitar-lhes parte daquele soneto de Guerra Junqueiro de «Os Parasitas» que, adaptado às circunstâncias, poderá ser dito assim:

No meio de uma feira uns poucos de palhaços,
Andavam a montar em cima de um jumento,
Aborto infeliz sem mãos, sem pés, sem braços,
Aborto que lhes dava um certo rendimento.

Os magros tristões, hipócritas, devassos,
Exploravam assim a flor do sentimento
E o monstro arregalava os grandes olhos baços
Uns olhos sem calor e sem entendimento.

.....

E toda a imprensa deu voz a tais ciganos.
Deram esmola, até pagelas sem arte.
E ao ver este quadro, semeadores de enganos

Eu lembrei-me de vós funâmbulos sem sorte
Que andais pelo Gerês há uns 40 anos,
Exibindo e explorando este pobre Parque.

O encontro numa tenda implantada na Fronteira da Portela do Homem (tipo Kadaphi) para apregoar aos quatro ventos o fantasma do Pak-Parks e a reunião, mais recente, nas termas espanholas de Torneiros para a «Reserva da Biosfera» foram algumas dessas feiras para exhibir um certificado de vida e do futuro para o monstro.

Sobre tudo isso, e por uma questão de pudor, prefiro o silêncio e, muito baixinho, recitar ao Parque Nacional, com muita tristeza, outro verso da canção da minha longínqua infância:

Agora que sou velhinho
E não há muito p'ra viver
Olha bem para os meus olhos
Ainda são para te ver.

E enquanto puder ver não deixarei de lutar por esta terra e pelo Parque Nacional em cujo nascimento colaborei com o saudoso Eng. Lagrifa Mendes.

CAPÍTULO 1

AS ORIGENS

Se nos estudos preparatórios da instalação do PN tivesse sido elaborado um plano sobre a represtinação da flora autóctone, naturalmente que incluiria um projecto de erradicação urgente das exóticas e, sobretudo, das infestantes.

Desse projecto fariam parte, pelo menos, as austrálias, os eucaliptos, as mimosas, todo o tipo de abetos e os pinheiros.

É que a região do Gerês antes de 1888, não era, certamente, um imenso pinhal do Estado de que os residentes nunca beneficiaram nem, como actualmente, um viveiro de mimosas.

O Gerês era, indubitavelmente, um espaço de rara beleza que, por razões várias, se foi desfigurando a partir dessa data.

Até então, e ao que refere a *Ilustração Portuguesa*, a existência de pinheiros era tão rara que só a persistência de um cientista como António Mendes de Almeida (anexo 1) foi capaz de, percorrendo meio mundo, encontrar alguns exemplares do «*Pinus Silvestris*» nos côrregos de Cabril.

Ali foram colhidas algumas sementes que, com outras importadas e anos de persistência, deram o que deram, ou seja, a substituição dos rebanhos por pinheiros com recurso às baionetas dos florestais da época.

Até então, e desde tempos imemoriais, a serra do Gerês e da Amarela alimentavam as grandes vezeiras de Montalegre, de todas as freguesias da Ribeira Cávado e do concelho de Terras de Bouro e isso proporcionava aos seus habitantes uma vida modesta mas remediada e facilitava o desenvolvimento natural da vegetação autóctone e a existência de muitas espécies de fauna selvagem como a corsa, águia real, o lobo, etc. Infelizmente as infestantes e as sucessivas caçadas tudo destruíram (anexo 2).

A partir dessa fatídica data de 1888, a serra foi invadida por um autêntico exército de florestais (que em nada se assemelhavam aos homens simples e afáveis que constituíam o corpo de guardas florestais dos últimos tempos), armados até aos dentes que, simultaneamente, dirigiam os trabalhos de reflorestação, protegiam os plantadores de pinheiros da fúria dos populares, capturavam os rebanhos que penetravam no «seu território» e, à socapa, abatiam os veados, as cabras do Gerês e outras espécies selvagens (anexo 3).

Mas, apesar dos esforços e dos anos, não conseguiram eliminar todos os vestígios e testemunhos do secular ambiente pastoril destas montanhas.

Fizeram, é certo, desaparecer, por exemplo, o que restava da capela de São Miguel, ali, junto da fronteira da Portela do Homem.

Tratava-se de um lugar histórico, simbólico e lendário porque era ali que, todos os anos, no princípio de Maio, se reuniam as populações de um e outro lado da fronteira por motivos religiosos mas também para um convívio saudável e, principalmente, para realizar os trabalhos preparatórios para o funcionamento das vezeiras que se concentravam naquele mesmo local antes de avançarem para os primeiros currais.

Como é sabido (e simbolicamente continua a fazer-se) o início das vezeiras proporcionava uma autêntica festa e a subida para a serra processava-se com deslocação de curral em curral aproveitando, de

forma criteriosa, as pastagens entre Maio e Setembro sendo que a lentidão na subida possibilitava o aproveitamento do «renovo» no regresso.

Após a descida dos rebanhos, a maior parte dos currais era semeada de centeio que só era colhido aquando do novo regresso dos rebanhos (no ano seguinte), e alimentavam muitas espécies que davam vida à serra.

Como testemunhas silenciosas mas indestrutíveis desse passado de verdadeira harmonia entre o homem e a natureza (em contraste com o que, actualmente, deparamos) encontram-se ainda hoje, na serra, mais de meia centena de currais que, como se refere, marcavam os trilhos e o ritmo das vezeiras durante mais de quatro meses.

E, apesar de os florestais procurarem apagar da história tudo o que se relacionasse com a presença dos povos da região naquelas paragens para ocultarem os esbulhos que praticavam, nunca resultou a tentativa de fazer desaparecer essa marca da presença e da vida das gentes da antanho.



E se conseguiram, com alguma facilidade, destruir as trincheiras de Palheiros, Portela do Homem e das Portas do Leonte, construídas pelos povos da região no alvorecer da nacionalidade, não destruíram as autênticas «muralhas» com dezenas de quilómetros, que várias gerações ergueram nas cumeadas da serra Amarela e na encosta da fronteira (lado poente) para evitar quezílias relacionadas com o pastoreio.

Mas os florestais daqueles tempos, de má memória, abriram muitas outras feridas naquele panorama sublime da serra e na memória das populações.

Na serra, para além de eliminarem a pastorícia, deixaram, como verdadeiras agressões, muitos tufos (núcleos) de austrálias, de eucaliptos, de cedros de toda a ordem mas, sobretudo, o ambiente triste dos pinheiros e a verdadeira calamidade do indomável alastramento das mimosas.

Na memória das populações deixaram, para além dum enorme prejuízo que foi a imolação da sua base de subsistência (a pastorícia), a amarga recordação de muitos actos de arbitrariedade, de injustiça e de prepotência.

Não é possível num modesto e despretensioso trabalho desta natureza abordar, com alguma profundidade, todos estes temas e, sobretudo apresentar testemunhos.

Por isso, e porque *não pode o sapateiro passar além da chinela*, esta «pagela» será limitada a uma pequena referência às mimosas, aos pinheiros e a alguns casos muito concretos que atingiram gravemente a natureza e as pessoas da região.

CAPÍTULO 2

A PRAGA DOS PINHEIROS

Começemos, pois, por uma referência aos pinheiros que estão na origem de todas as calamidades que se abateram sobre esta pobre terra.

Foram os pinheiros um dos principais motivos porque o Estado, em 1888, ocupou, pela força das armas, a parte mais rica da serra do Gerês para, alegadamente, criar a Mata Nacional. Esse caso que não conseguiu esconder as marcas da vingança do Administrador do Concelho, será, possivelmente, tratado com recurso aos documentos e testemunhos existentes.

Foi para facilitar a sementeira e plantação de pinheiros que, pelo governo de então, foram rasgados os montes com esplêndidas (e caras) estradas para acesso a todos os recantos do território esbulhado aos povos da região (Leonte, Portela do Homem, Chão de Lamas, Junceda, Pedra Bela, Cascata do Arado, etc.) revelando um desprezo soberano pelas graves carências dum pobre concelho, sem recursos, sem progresso e totalmente bloqueado por falta de acessos (nem a sede do concelho era servida de estrada).

Foi para fixar os taludes dessas estradas florestais que introduziram as plantas exóticas de crescimento rápido e, designadamente, os cedros, as austrálias e as terríveis mimosas.

Foram os incêndios dos pinheiros que abriram o caminho e favoreceram o alastramento das infestantes.

Foram os pinheiros que, durante muitas dezenas de anos, constituíram o objecto e a ambição permanente dos bem conhecidos «autos de abate» que deram origem a muitas histórias mal contadas ou incontáveis. A esse propósito seria, pelo menos, interessante saber agora qual o montante, em dinheiro, que deu entrada nos cofres do Estado durante o interminável e tenebroso século que duraram.

Foram os pinheiros, semeados nos terrenos esbulhados às populações e onde elas, antes, alimentavam os gados e cortavam, pacificamente, os matos, que ocasionaram prejuízos, quezílias e desentendimentos graves entre povoações vizinhas, designadamente, em Santa Isabel do Monte, em Freitas, na Ermida, em Fafião e Santa Marta de Bouro.

Uma dessas histórias, menos relevantes, diz respeito à população de Freitas. Esta povoação teve sempre uma vezeira de caprinos que representava uma das fontes mais seguras da sua subsistência.

Por qualquer razão, a vezeira terá penetrado no montado que tinha sido submetido ao regime florestal do chamado «perímetro da abadia».

Pois toda a vezeira foi capturada pelos florestais e vendida em hasta pública porque os proprietários não conseguiram, no prazo que lhes foi imposto, o dinheiro suficiente para pagar a multa e o «dano».

Valeu-lhes o anónimo «mecenas» que, compadecido com o drama daquela gente, adquiriu todo o rebanho e devolveu-o à povoação de Freitas.

CAPÍTULO 3

OS PINHEIROS E OS OLIVAIS DA ERMIDA

Na Ermida, porém, as coisas foram bem mais longas e mais graves e ocasionaram prejuízos e sofrimento desnecessários durante muitos anos. Talvez não tenham ainda terminado.

Trata-se da mais longínqua povoação de Terras de Bouro, encravada em Montalegre e que vivia, essencialmente, da pastorícia.

Em 1929, os seus montados foram, quase na totalidade, submetidos ao regime florestal.

Porque isso afectava gravemente a sua subsistência, a população com o apoio da freguesia, instaurou, de imediato, um processo judicial contra o Estado e contra a Câmara Municipal para anulação da submissão dos montados ao regime florestal.

Naquela época a vizinha povoação de Fafião (Montalegre) e as de Ribeira Cávado (de Vieira do Minho) e respectivos municípios, não tomaram qualquer posição, apesar de, também, alimentarem os seus rebanhos naqueles montados (mas não tinham o direito, nem as mínimas condições, para se aproveitarem do mato ou das lenhas ali produzidas pois que não dispunham de nenhum acesso carral àqueles montados).

Apesar do recurso à via judicial, a florestação generalizada continuou.

As populações arrancavam ou destruíam pela noite aquilo que os florestais faziam durante o dia.

Aos sábados os florestais, bem armados e com uma camioneta de carga, deslocavam-se à Ermida e, sem qualquer investigação ou prova, prendiam os homens que entendiam e transportavam-nos para as prisões de Vieira do Minho de onde, por falta de prova, eram libertados na terça ou quarta-feira seguintes e obrigados a regressar, a pé, ao lugar da Ermida. «Esse castigo já ninguém lhes tirava».

Com o andar dos tempos, e sem vislumbre dum gesto de pacificação, vergaram sob o peso do poder e os pinheiros cresceram por toda a parte.

E como um mal nunca vem só, houve, a curto prazo, outras consequências.

Dada a altitude bastante elevada do lugar da Ermida, certas culturas não podem resultar com aquela temperatura e, sem elas, a vida ali seria quase impossível.

Um dos produtos que ali não podiam nem podem cultivar é a azeitona.

Por essa razão, as pessoas da Ermida plantaram, desde sempre, as suas oliveiras nos córregos que desciam até ao rio Cávado (agora transformado em albufeira).

Aconteceu que todo aquele espaço dos olivais foi submetido ao regime florestal e, imediatamente, ali foram semeados e plantados pinheiros em que os povos da Ermida não podiam tocar para proteger as oliveiras e evitar que fossem sufocadas pelos pinheiros.

Para as salvar, a única forma possível foi trasladá-las para outros lugares onde tivessem, pelo menos, algumas possibilidades de sobreviver.

As oliveiras não sobreviveram mas, nos locais de onde foram arrancadas, permaneceram as covas abertas e algumas raízes que rebentaram e ali continuam como testemunhas acusatórias duma prepotência gratuita e injustificada dos florestais.

Mais tarde, após o 25 de Abril, os responsáveis do PN não perdoaram o facto de a população da Ermida ter assumido, nos termos da legislação referentes aos baldios, a gestão dos seus montados e respectivos pinheiros.

Isso levou o PN a assumir um comportamento de herdeiro avarento e degenerado dos serviços florestais.

Para além das «tricas» do dia-a-dia e de «trocas e baldrocas» de terrenos, os representantes do PN entenderam que os habitantes da Ermida não poderiam extrair a cortiça do sobreiral da Malhadoura, o que até estaria certo dado que ali nunca se havia extraído a cortiça, pelo que aquele sobreiral era um exemplo raro do clima mediterrâneo que urgia preservar.

Porém, recusaram-se a compensar, mesmo de forma simbólica, os proprietários para se privarem do valor da cortiça.

E apesar do pedido insistente da Câmara Municipal para uma solução justa, esbarrou-se sempre numa recusa muito própria daqueles que nunca souberam pagar o preço da paz porque se habituaram a fazer as pessoas vergar perante as suas soberanas decisões.

Entretanto os habitantes da Ermida propunham-se desvistar uma parte do pinhal que lhe pertencia e onde também as populações da Ribeira Cávado e de Fafião faziam, noutros tempos (antes da submissão ao regime florestal) a apascentação dos seus gados (mas, repete-se, só pastoreio).

A cobiça dos pinheiros (sempre os pinheiros) levou os habitantes de Fafião, instigados pelos responsáveis do PN, a afrontarem a Ermida e reivindicarem, não uma eventual partilha do valor da venda do pinhal, o que ainda teria alguma lógica, mas a propriedade plena de uma faixa de terreno localizada, fora dos limites de Fafião, da freguesia de Cabril, do Município, do Tribunal de Montalegre e do Distrito de Vila Real.

Ao longo dos séculos os limites da povoação, da freguesia, do concelho, da comarca e do distrito sempre foram definidos pelo rio Toco e o pinhal cobiçado localizava-se nos limites da Ermida do concelho de Terras de Bouro e portanto fora do concelho de Montalegre.

Tal reivindicação, não tinha portanto qualquer fundamento legal nem de outra ordem. Tratava-se duma simples birra que só poderia sair das cabeças iluminadas dos gestores do PN e contaminar pessoas pouco escrupulosas.

Isso deu origem a afrontamentos muito graves e de que poderiam resultar consequências imprevisíveis.

Tentando atenuar as graves tensões criadas pelo PN, a Câmara Municipal de Terras de Bouro, com muita paciência e empenhamento, conseguiu convencer os contendores a aceitarem uma solução judicial. Isto na Malhadoura onde se haviam concentrado os habitantes de Fafião para ocupar pela força (estavam armados) os montados da Ermida.

Com audiência no local, o Tribunal de Montalegre viria a condenar os habitantes de Fafião (e os seus instigadores do PN) e o mesmo aconteceu no recurso para a Relação e para o Supremo Tribunal.

Mas o dedo invisível do PN continuou o diferendo e, como represália, tratou muito mal a gente da Ermida com questões secundárias mas fortemente penalizadoras (anexo 4).

A povoação da Ermida era a única do Município de Terras de Bouro que, apesar dos esforços, ainda não estava abastecida de energia eléctrica já que a média tensão teria de ser transportada de Fafião.

Como tinha de atravessar uma zona do PN (que, afinal, só existia no papel e não tinha oficialmente poderes alguns e, muito menos, poderes vinculativos) este informou a EDP de problemas ambientais ocasionados pela passagem da linha de média passagem.

Chegou mesmo a falar (no dizer da EDP) no perigo que representava a linha para o sobreiral da Ermida (localizada a quilómetros de distância) e, à falta de melhor, invocou depois a necessidade de cortar uns ramos de carvalho, ao que diziam, com quinhentos anos de vida.

Chegou a pensar-se na solução do problema através de um gerador mas, finalmente, o assunto foi resolvido.

CAPÍTULO 4
**OS PINHEIROS,
A REPÚBLICA E PAIVA COUCEIRO**

Mas há uma outra história de pinheiros misturados com cedros e outras espécies, digna de ser contada.

Em 1911, Paiva Couceiro, traído em Bragança e Vinhais (terra dos Buíças, carrascos do regicídio de D. Carlos), deslocou-se com as suas tropas ao longo da fronteira e montou acampamento na histórica Vila Araújo em Lóbios, ali nas proximidades da Portela do Homem.

Os republicanos receando a simpatia que o movimento de Paiva Couceiro pudesse ter (e tinha, de facto) em Terras de Bouro, fizeram deslocar para o Gerês um contingente militar comandado por um dos irmãos Roby (e para outros pontos do município a fim de conseguir manter a paz das «botas cardadas»).

Para «desembaraçar um campo de tiro» virado para a fronteira, foram emitidas ordens para cortar toda a mata de carvalhos entre as Portas de Leonte e a Albergaria que, ao que se diz, era um dos mais belos trechos da parte da serra do Gerês, abocanhada pela Mata Nacional, constituída, essencialmente, por carvalhos de excepcional porte (um exemplar que escapou à razia da época, e à morte recente

de centenas de carvalhos em Leonte e de que ninguém dá explicação, parece fundamentar a afirmação).

Essa ferida enorme aberta na Mata Nacional não foi tratada, como devia, com um repovoamento de carvalhos e outras espécies autóctones.

Foi «escondida» com uma plantação de árvores exóticas de crescimento rápido com predomínio do pinheiro e, sobretudo, dos chamados «camacipres» e com uma densidade tal que nem permitia a entrada de uma réstia de sol.

Na década de oitenta, o PN, alegando ser necessário um desbaste, abateu uma boa quantidade desses cedros mas não ficou por ali.

Avançou com um corte de outras espécies, sobretudo pinheiros, para além dos limites do referido «campo de tiro», passou a Albergaria e só não desembarçou «num novo campo de tiro» até à fronteira da Portela do Homem porque as espécies não teriam grande mercado.

Perante o exagero deste «auto de marca», em que não terá havido «auto» nem «marca» mas apenas a preocupação de realizar o máximo de dinheiro para dar algum alívio ao PN, a Câmara Municipal, face a mais esse escândalo e falta de sensibilidade, elaborou um dossier que enviou às «chancelarias do reino», dossier esse documentado com reveladoras fotografias, sobretudo, do enorme estaleiro de toros depositado no largo de Leonte e que tinha uma altura superior à da casa florestal ali existente. E também alertou a opinião pública (anexo 5).

Desse facto restam ainda duas fotografias das mais modestas mas, mesmo assim, elucidativas (anexo 5).

Recentemente «o ladrão voltou ao local do crime» mas parece que não considerou o produto muito rentável e por isso o dano causado quase se limitou ao facto de ter feito o arrastamento das árvores pela estrada alcatroada.

CAPÍTULO 5

OS PINHEIROS E OS INCÊNDIOS

Ainda relacionadas com a ganância provocada pelos pinheiros, há muitas outras peripécias mas, como algo inédito para quem desconhece a forma de agir dos responsáveis do PN, parece útil juntar, desde já, um documento reportado a manobras de diversão subsequentes a um incêndio ocorrido nas imediações da fronteira da Portela do Homem, em Agosto de 1987 (anexo 6).

Presentemente o PN prepara-se para proceder à revisão do POPNPG e, pelo que é referido na proposta de regulamento, será feita a represtinação da velha Mata Nacional que ressaltou dum parto de triste memória, já que provocou a substituição de numerosa e rentável pastorícia por pinheiros.

Pelos vistos o PN, cansado da paisagem triste do imenso pinhal de que dispõe ou com receio da praga que, segundo o *Expresso* de 5/07/2008, já matou mais de quarenta mil exemplares, e parece imparável, propõe-se agora represtinar a Mata Nacional e, em consequência, proceder ao abate do pinheiro bravo e converter a área em carvalhais.

É de esperar que comece já a recuperar os viveiros de outrora libertando-os das mimosas que os querem invadir e daquela aberração do Parque de Campismo, pois só dessa forma as crianças

actuais poderão sonhar em usufruir da sombra e da beleza dos futuros carvalhos.

E é de esperar também que os proventos obtidos com o abate dos pinheiros (e de camacipres, etc.) revertam, exclusivamente, para benefícios a levar a efeito naquela área do PN.

CAPÍTULO 6

A ÉBOLA ECOLÓGIA DAS MIMOSAS

A beleza envenenada das mimosas

Como foi já referido, as mimosas terão sido introduzidas na região do Gerês, como vegetação de desenvolvimento rápido, para estabilizar os taludes das maravilhosas estradas abertas para servir a Mata Nacional de 1888 e que tinham em vista facilitar a sementeira e plantação de pinheiros em toda aquela imensidão de serra.

Durante dezenas de anos, as mimosas (e as austrálias, eucaliptos, camacipres, etc.) confinavam-se a pequenos núcleos que poderiam ser erradicados com muita facilidade.

Acontece que as mimosas têm o seu período de floração nos primeiros meses de inverno e exercem sobre as pessoas o fascínio do anúncio da primavera que, por isso mesmo, não gostariam que fossem eliminadas.

Em Viana do Castelo ainda há bem poucos anos era celebrada a festa da mimosa, mas chegou o momento em que, para libertarem a citânia de Santa Luzia, tiveram de socorrer-se do exército e, por este caminho, em breve terão de pedir socorro para que as mimosas não abafem a citânia e um vasto território.

Na década de 1980, na área do Gerês persistiam vários núcleos, um pouco por toda a parte, mas existia uma mancha mais notada e

já temida, que se estendia desde o montado sobranceiro ao cemitério do Gerês até à Batoca e que representava uma ameaça que devia ser combatida com a maior urgência.

Para encontrar uma alternativa à única estrada que atravessava e servia o Gerês, foi então construída uma ligação desde o Zanganho até à nova ponte que havia sido construída na Batoca que depois, feito o parque de estacionamento, fez a ligação à estrada da fronteira e ao Gerês.

Isso permitiu dividir e reduzir substancialmente a mancha das mimosas que, dessa forma, poderia, com relativa facilidade, ser eliminada.

Aconteceu que o PN, alegando que só dispunha dos técnicos herdados dos serviços florestais, foi dizendo que não tinha especialistas na matéria e não valorizou a ameaça das mimosas.

A Câmara Municipal, para resolver esse e outros problemas do género, solicitou a opinião da Universidade de Aveiro que, na altura, seria a única a dispor de especialistas.

A resposta foi rápida mas os meios e a capacidade necessária para tal intervenção não estavam ao alcance da legitimidade e disponibilidades financeiras da Câmara Municipal.

Algum tempo depois deflagrou um violento incêndio nos montados sobranceiros ao cemitério e isso abriu caminho e incrementou, de forma inexplicável, o desenvolvimento daquela mancha de mimosas.

Novos focos de incêndio abriram novos espaços ao desenvolvimento surpreendente dessa infestante.

Mas foi com o grande incêndio que devastou tudo desde a barragem, à Preguiça e aos subúrbios da Albergaria que, perante a incúria e, até, indiferença do PN, as mimosas ficaram com todo o espaço livre e sem adversário que se visse.

A vegetação autóctone e, sobretudo, os «exóticos» pinheiros foram devastados mas o espaço não foi limpo nem repovoado e, muito menos, acautelado.

Ninguém esboçou um simples gesto para conter as mimosas e, pelo menos, confiná-las ao espaço conquistado.

Aconteceu o mais completo exemplo de demissão, de incúria e de criminosa indiferença face ao alastramento das mimosas que se notavam de dia para dia.

Tempos mais tarde, e quando só um esforço gigantesco poderia atenuar o problema, o PN lembrou-se de iniciar uma ténue e errática manobra de diversão.

E isto porque, em vez de procurar conter aquela verdadeira «ébola ecológica», dentro de um cinturão intransponível e iniciar o combate da periferia para interior, lembrou-se de começar no Zanganho onde existia a primeira grande mancha.

E, como cedo lhe faltou a coragem, procurou, através dum protocolo, passar a responsabilidade para a Junta de Freguesia que não dispunha de quaisquer conhecimentos, de meios económicos e de pessoal e era tentada por uma comissão de 5% pela gestão, e as Juntas de Freguesia lutam sempre com falta de dinheiro.

Os termos do protocolo, para combater as mimosas numa área superior a 300 hectares, eram de tal maneira surpreendentes e reveladores da irresponsabilidade do PN que bem merecem ser reproduzidos e por isso se publicam (anexo 7).

Como se pode verificar, a primeira e segunda páginas são reservadas ao texto do protocolo, a terceira ao orçamento e a quarta ao projecto.

Aconteceu que o senhor Secretário de Estado, Eng. Poças Martins, para dar alguma credibilidade ao projecto proposto pelo PN ou por qualquer outra razão, exigiu que fosse subscrito, também, pela Câmara Municipal que não poderia, de forma alguma pactuar

e, muito menos, envolver-se numa situação parecida com uma outra que é referida no *Jornal de Notícias* de 25 de Setembro de 2007 sobre a plantação de árvores na Serra da Estrela.

A Câmara Municipal informou o senhor Secretário de Estado não poder subscrever o protocolo por razões que lhe foram referidas no documento que se junta e por outras razões que tinha conhecimento pessoal (anexo 7).

De qualquer maneira o protocolo teve, pelo menos, um início de execução pois o pessoal recrutado pela Junta de Freguesia, sem conhecimentos de qualquer espécie e sem ninguém que os pudesse orientar, aplicou o produto da pior maneira.

Dias depois apareceu um pastor a queixar-se que lhe tinham matado algumas cabeças de gado do seu rebanho e houve alguém que alertou para o aparecimento de peixes mortos.

Os responsáveis do PN terão, então, contratado os serviços de alguém que estaria minimamente alertado para, pelo menos, evitar desastres como os verificados.

Simplesmente foi produzido um trabalho que se adivinhava inútil e acabou mesmo por ser prejudicial.

Inútil porque, dado o âmbito e o alastramento das mimosas (a mancha teria já cerca de dez quilómetros de comprimento por cinco de largura e todos os anos aumentava dezenas de hectares), o único trabalho minimamente eficaz seria um esforço, bem difícil, de criar um cinturão, uma clareira, em torno dessa imensa mancha e um denodado e diário esforço para as conter dentro desses limites.

Prejudicial, porque, ali mesmo no Zanganho, depositaram o material lenhoso, numa dobra do terreno (pensavam que o depósito do material cortado impediria as mimosas de rebentar de novo) que, no inverno, se transformou em ribeiro.

Claro que, com as primeiras chuvas, tudo aquilo foi arrastado pelas águas, entupiu os aquedutos e a estrada foi destruída numa

apreciável dimensão, o que causou elevadas despesas para a Câmara Municipal, trabalho desnecessário e graves incómodos para muita gente.

Se em vez disso tivessem, como já foi dito e repetido, desenvolvido esforços no sentido de «cercar» as grandes manchas de mimosas, sobretudo a que se apoderou do vale do Gerês, criando para o efeito, bem dimensionadas clareiras que impedissem o alastramento, o trabalho teria sido maior e mais difícil e exigiria outros conhecimentos e despesas, mas o resultado teria sido positivo e merecido o reconhecimento e aplauso geral.

E não há departamento nenhum relacionado com o ambiente que não tenha sido alertado, de forma reiterada, para o número de hectares que todos os anos são invadidos pelas mimosas, para as toneladas de sementes que são depositadas nos montados e arrastadas pelas águas. E nem são já capazes de reparar que as albufeiras e os rios, até à foz do Cávado, estão ladeados de imensos núcleos de mimosas que, em poucos anos, formarão uma espessa sebe vegetal a envolver as barragens e os rios.

A propósito permito-me referir um episódio passado com um dos melhores Ministros da Agricultura que conheci em toda a minha vida.

Porque confiava na capacidade e simplicidade dele, solicitei-lhe que me ouvisse por alguns minutos sobre a minha preocupação em relação às infestantes do PN.

Teve a amabilidade de me receber no Hotel Turismo de Braga e de ouvir as minhas «lamúrias» sobre o perigo das infestantes, durante imenso tempo.

Cansado de o cansar de ouvir-me, fui à minha vida.

Muitos anos mais tarde voltei a encontrar-me com ele na inauguração da Expo e, com a simplicidade dos homens da sua envergadura, teve a coragem de me dizer que, quando me ouviu falar

das infestantes com tanta preocupação, não chegou a compreender a dimensão do problema mas que depois se apercebeu da verdadeira ameaça que representavam e só não tomou medidas adequadas porque o problema já não estava na alçada do seu ministério.

Muitos anos passaram e, com eles, passaram também os responsáveis pela área do ambiente que se deixaram enredar em pequenas e mesquinhas querelas mas nunca foram capazes de se preocupar, a sério, com os verdadeiros problemas do PN e, sobretudo, com a sua sobrevivência.

Silenciosamente as mimosas apoderam-se de vastas áreas e, sobretudo, do vale do Gerês.

As poucas iniciativas tomadas para as eliminar parece ter-lhes aumentado a capacidade de progressão e conferido uma espécie de «carta de alforria» para tudo submergir e asfixiar.

A imensidão dessa verdadeira praga ecológica não cabe nos ecrãs dos equipamentos disponíveis e, por isso, não permite dar uma verdadeira imagem do conjunto.

Das tentativas frustradas apenas se consegue transmitir uma ideia parcelar da sua presença ali, porque, em muitos locais, se ocultam pelas vítimas que vão devorando (os pinheiros e a vegetação autóctone) (anexo 8).

E quando conseguirem atingir a Bouça da Mó e ultrapassar a cumeada da Junceda e Pé do Cabril, face à vulnerabilidade das Portas de Leonte (onde morreram, nos últimos anos, mais de um milhar de carvalhos seculares) ninguém mais as conseguirá conter e, muito menos, erradicar.

Na última proposta de revisão POPNPG, pressente-se que, finalmente, se tomou alguma percepção deste grave problema mas, infelizmente, parece limitar-se a uma piedosa intenção *diferida* para as calendas.

É que não se vislumbra qualquer forma de financiamento ou programa de execução.

Acontece que da referida proposta de revisão do POPNPG parece poder depreender-se a intenção de represtinar a velha Mata Nacional com o imprescindível abate das exóticas (pinheiros e camacipres, etc.).

As verbas obtidas com esse abate bem poderiam servir de algum «alento», se aplicadas num verdadeiro e decisivo combate às mimosas.

Aqui fica uma sugestão com a esperança que os vindouros a possam ver concretizada.

*

* *

No fim da semana passada (dia 21 e 22 de Março de 2009), já depois de ter concluído este modesto trabalho, fui «bombardeado» com as notícias de ter deflagrado mais um pavoroso incêndio no PN e, desta vez, numa das zonas mais sensíveis e nobres da Albergaria.

Desanimado com tudo e na impossibilidade de poder contribuir para, pelo menos, minimizar danos e evitar o sentimento mórbido de ver desaparecer aquilo de que se gosta, tentei alhear-me.

Porém, no dia 23, do meu refúgio nas Demandinhas, avistava o fumo que se seguia por detrás da Calcedónia e não resisti ao apelo de ir ao encontro dum espectáculo que, ao longo de muitos anos, me fez sofrer (e correr riscos).

Por isso pus-me a caminho.

Ao chegar às pontes de Rio Caldo observei, mais uma vez, aquela imensidão de mimosas floridas que havia fotografado (e filmado) dias antes, mimosas essas que enxameiam e asfixiam todo o vale do Gerês.

Lá ao longe podia observar também, em toda a plenitude e nudez, a mancha enorme que um incêndio recente abriu entre o Videeiro e os alcantorados píncaros da serra, numa extensão que já mais será regenerada nos anos que me restarão.

Reparei também que, não sendo de admitir a abertura de estradas ou «aceiros» na parte mais nobre do PN, o que é compreensível, os madeireiros haviam construído os acessos que desejaram para retirar os pinheiros quando deviam ser autorizados a utilizar apenas *charriots* (anexo 9).

Um pouco antes das Portas de Leonte comecei a rever aquele espectáculo chocante de muitas centenas de carvalhos seculares, mortos e despidos, a erguerem para o céu os ramos secos como quem pede clemência ou vingança.

Percorridos alguns quilómetros a reflectir sobre este estranho e inexplicado fenómeno, e observando o fumo do incêndio cada vez mais próximo, cheguei ao ribeiro de Cagademos que, desta vez, serviu de zona tampão, a sul, do pavoroso incêndio cujo rescaldo, na orla direita da estrada, se estendia até ao rio Homem numa distância de 3 quilómetros.

Um pouco mais adiante, na Fronteira da Portela do Homem, o Sr. Ercílio, responsável pela coordenação da protecção civil no Distrito de Braga, teve a amabilidade de me informar que o incêndio ainda lavrava nos limites de Montalegre (a mais de 12 quilómetros de distância) e que teria deflagrado, não junto da estrada, mas no interior da mata.

Não era agradável para mim permanecer por mais tempo naquele local junto do rescaldo dum incêndio daquela natureza e que havia sido teatro de outros de más recordações a começar pelo primeiro, no início dos anos 80 e que havia calcinado toda a montanha da margem direita do rio Homem, descendo desde os píncaros da montanha (desse incêndio, e até à data, apenas conseguiu regenerar a encosta de carvalho junto da fronteira).

E também o incêndio que, anos depois, devorou todos os montados a poente do posto fronteiriço e ocasionou uma polémica de má memória (anexo 1).

E ainda o incêndio que, tendo começado junto da central da EDP (por um descuido de trabalhador), devorou os montes sobranceiros ou o grande incêndio que havia devastado a maior parte da serra entre a barragem da Caniçada e a Mata da Albergaria que foi salva pelos trabalhadores da Câmara comandados pelo presidente.

Todos estes incêndios, e ainda muitos outros nos mais variados locais do PN (Serra Amarela, Bouça da Mó, montados da Ermida) aliados às mimosas do vale do Gerês e aos carvalhos mortos nas Portas de Leonte, transformaram o PN do Gerês numa espécie de «burro lazarento de cigano» de outros tempos abandonado por desistência da cura.

Seja-me lícito evocar aqui, com saudade, e memória do Ministro do Ambiente, Professor Real, que, nos poucos anos que governou, acarinhou o PN e conseguiu preservá-lo dos incêndios e outras maldades dotando-o de viaturas preparadas para uma vigilância permanente e para o combate imediato ao deflagrar dos incêndios.

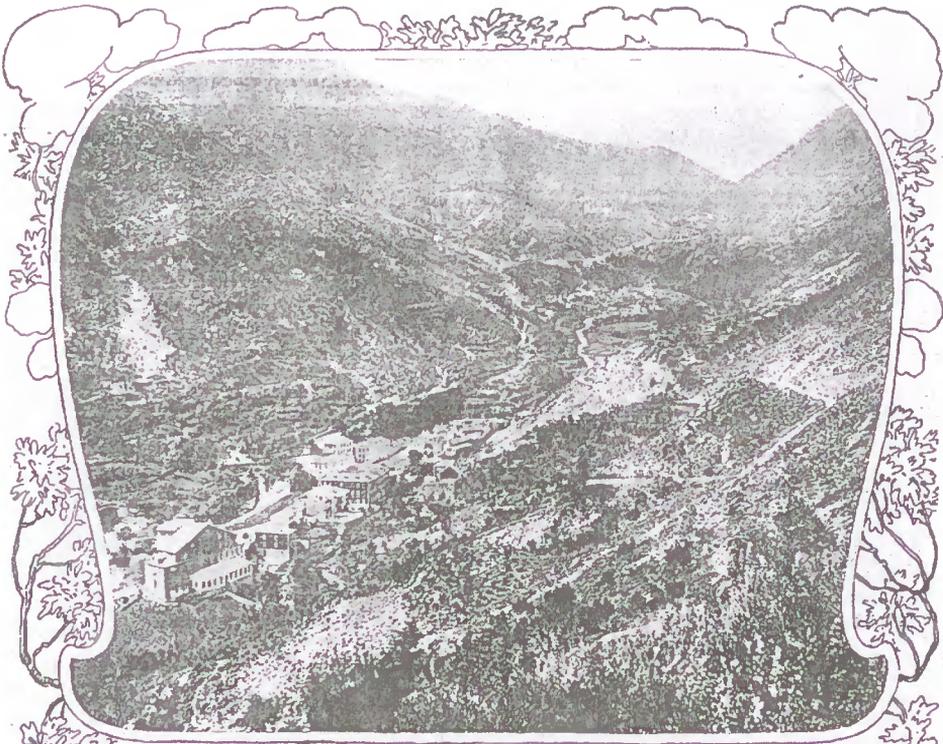
Graças a essa decisão, durante muitos anos, não houve incêndios no PN.

Porque é que as boas decisões não têm continuidade?

Porque é que os responsáveis actuais não reconhecem a sua incapacidade e entregam a gestão do PN às Câmaras Municipais em vez de gastarem tempo e dinheiro com inutilidades?

Aqui fica o meu mais veemente protesto por tudo o que tem acontecido e com a força moral de quem, apesar de todas as discórdias, sempre esteve na primeira linha do combate de quase todos estes incêndios e desmandos.

ANEXOS



Vista do Gerez anterior aos actuaes da cinco cupulas dos antigos

estabelecimentos thermaes. (Vêem-se ainda Poços de Banhos—CLICHÉ BIEL)

da caça tem passado muitos dias a monte na serra e o mestre Seraphim, caçador emerito, que allia a uma intelligencia pouco vulgar uma actividade rara, servida por fibras de aço, que o fazem desconhecer o que seja a fadiga, para só expandir o seu nunca desmentido entusiasmo pela serra e tudo quanto lhe diga respeito, seriam excursionistas valiosissimos.

A ultima cabra que se apanhou viva foi em Albergaria, pelos auxiliares Joaquim Valente e Antonio Carris, sendo mandada de presente pelo silvicultor, então chefe, Magalhães Mesquita, ao fallecido director geral Elvino de Brito.

As ultimas vistas na serra e a distancia, nas proximidades da Lomba de Pau, foram observadas por Joaquim Guimarães em 1892.

Existe ainda a cabra brava? Creio que sim, e tudo depende de estarem para cá da raia, da forma como for organizada e dirigida a batida e muito especialmente da precisão com que todos obedecerem ao chefe da caçada. Eis a questão.

Julgo mais provavel o encontro da cabra brava do que da charella, porque bati algumas vezes o perimetro que vae dos Carris a Pitões, sem nunca a ter visto.

O paiz da charella é para além de Montalegre, na serra do Larouco, onde em 1894 fui procural-a, com o meu

amigo e distincto agronomo silvicultor Antonio Mendes d'Almeida, que não caçou charellas, mas descobriu a existencia de bellos exemplares de *Pinus silvestris* nos corgos de Cabrij.

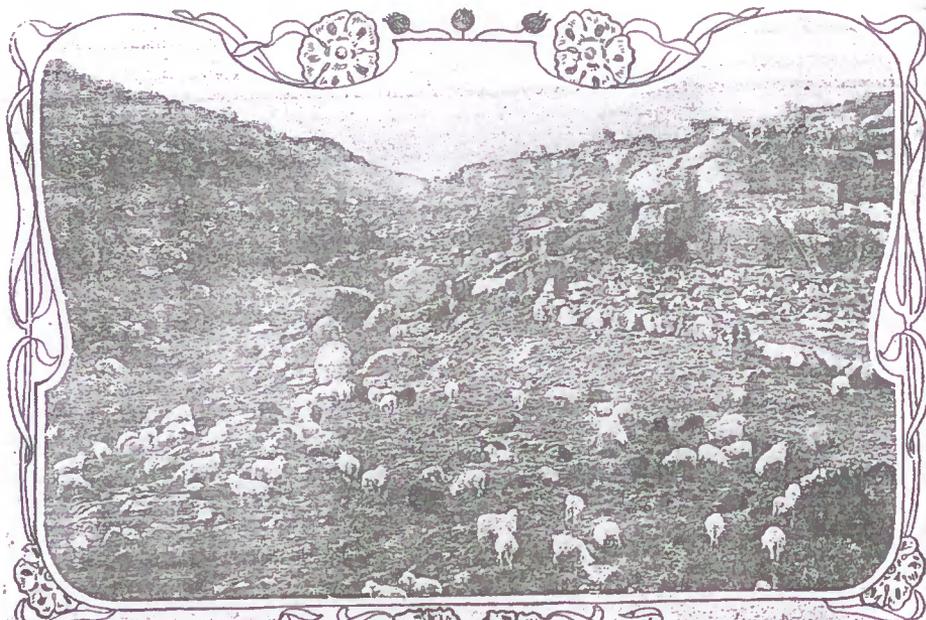
Uma ordem official, que, com urgencia, chamou o meu companheiro a Lisboa, e o denso nevoeiro que n'aquelles dias envolveu a serra do Larouco, não nos deixaram vêr as charellas, que passados dias obtive por presente do dr. Moraes Caldas, que me enviou uma gaiolla com tres charellas vivas.

Algumas vezes, mas creio que rarisimas, descem as charellas o valle do Cavado, chegando até proximo da ponte da Mizarella, construcção de forma bem curiosa e onde os nossos militares de hoje não acreditarão que por ali passasse em retirada o general francez Soult com a sua artilharia.

Li ha dias que algumas senhoras perguntaram se podiam acompanhar a excursão venatoria. Que duvida?

Não ha sentimento nobre, generoso e bom que se não gere no coração da mulher e a idéa que algumas senhoras acabam de ter de acompanhar a excursão, torna-a-ha mais attractiva, pa entendo ao mesmo tempo quão valorosa e intrepida é a mulher portugueza.

Uma illustre senhora, distincta pela sua bondade e esmerada educação e nobre pela familia de que descende, a sr.^a D. Ma-



Rebanho de ovelhas e colmeal (cilhe) na serra

(CLICHÉ DA PROT. NACIONAL DO GEREX)

caso ou na propositada pesquisa de qual-quer bem indicada probabilidade.

Por agora já são sobejos motivos de admiração as bellezas que se nos offerecem e a perspectiva do futuro que se adivinha.

A estrutura de formação, a aggregação e disposição das rochas, por cujos cumes as nuvens se espreguiçam muitas vezes e o sol vem beijar logo ao nascer, são de um encanto que captiva e que mercedamente dão ao Gerex um destacante logar na sua apreciação como paisagem alpestre.

Já Link, o celebre naturalista que de 1797 a 1799 excursionou em Portugal em explorações e estudos scientificos, dizia que estes sitios seriam visitados com gosto por todos quantos apreciassem as delicias de um bom clima e de uma formosa região; na passagem do Lima, vizinho da serra do Gerex, as legiões romanas recusaram-se a proseguir caminho, dando ao rio o nome de Lethes (esquecimento) e aos rios Homem e Cavado, no Gerex nascidos, o mesmo Link diz se poderia adaptar o dito, pelo encanto que elles offerecem, fazendo esquecer as mattas da Allemanha e da Inglaterra.

De facto, desde seculos que a fama das suas florestas occupava nas tradições da riqueza lenhosa das nossas mattas de formação e criação espontaneas um primacial e indubitavel logar, affirmando-se que as suas madeiras indigenas eram de contextura e resistencia por forma notaveis a tornarem-as aptas aos usos nauticos e outros, em construcções de responsabilidade.

Assim «o decantado galeão *Santa Theresa*, que acabou abrazado na batalha naval junto ás Dunas, entre hespanhoes e hollandezes, foi fabricado com madeiras d'estas arvores.

Admirado da fortaleza d'esta madeira, que cuspia para fóra as balas dos inimigos, escreveu o seu commandante a Philippe IV que as montanhas do Gerex deviam ter-se em grande estimação, pois produziam madeiras mais rijo e precioso que Bampton, Brazil, Indiza, etc.» (*)

Tal conselho, porém, não foi ouvido, tornando-se com o tempo o Gerex florestal um valor desconhecido ou pouco apreciado, e a



Casa do guarda florestal de Leonie

(CLICHÉ DO DR. FERNANDO SANTOS)

1 Novo Dictionario da Lingua Portugueza, por Eduardo de Faria (1859).

tactica das grandes batidas envolventes, a principio executadas pela necessidade de distribuir portas a oitenta caçadores. A lição não deixava duvidas. Ia confirmal-a a segunda batida

d'essa tarde, em que mais tres corços cahiram em pouco mais de uma hora, quando o mestre Seraphim já não dispunha senão de uns trinta caçadores, por terem os restantes tomado o caminho do Gerez, sob a ameaça de novas bategas de chuva.

Mal abrandára a trovoadá, o mestre Seraphim dispuzera os batedores para a montaria da encosta de Palheiros e, com essa segurança e decisão que o tornam, nos momentos decisivos, um chefe inexcedível, distribuiu todas as espingardas de que dispunha n'uma linha de esperas em espiral, certamente perigosa, mas de resultados seguros. Foi assim que, dos tres corços cercados, nenhum escapou illeso. Julio Ferreira dos Santos Silva e Bastos Pereira, em tiros successivos, alvejavam o primeiro corço levantado. Instantes depois o batedor Adelinno Afonso Lourenço abatia o segundo com um tiro magistral e o mestre Seraphim epilgava a batida fulminando o terceiro, a cincoenta metros, com um tiro ao peito, em corrida, que

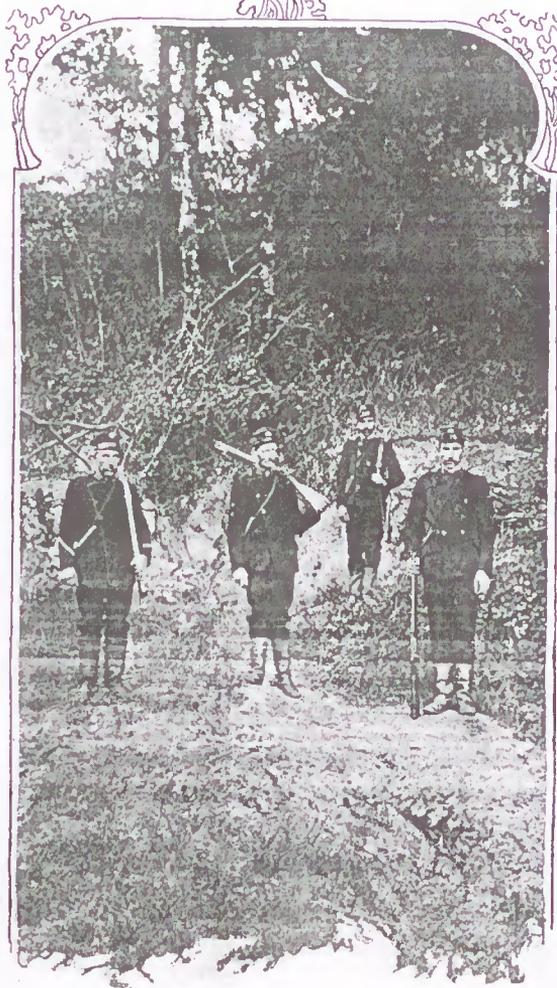
bastaria para fazer a reputação de um caçador. Das seis peças mortas de caça grossa apenas estes dois ultimos corços, abatidos pelo mestre Seraphim e pelo batedor Lourenço, podiam entrar em linha de conta para o apuramento de uma classificação final. Sobre os restantes havia duvidas, que impossivel se

ornava esclarecer em peremptorias decisões de um jury. Com excepção do corço apanhado pelo sr. padre Luisier, que pelas circunstancias singulares em que fôra capturado estava ao abrigo de quaesquer reclamações dos caçadores, apurára-se que sobre os tres corços restantes tinha convergido o fogo de espingardas diversas. Mas se era difficil distribuir conscienciosamente as honras da caçada entre os sete caçadores que para si as reclamavam, isso em nada prejudicava a justa avaliação dos esforços collectivos com que cada um por sua parte, sem excepção, contribuiu para o successo do arrojado empreendimento da

Ilustração Portuguesa.

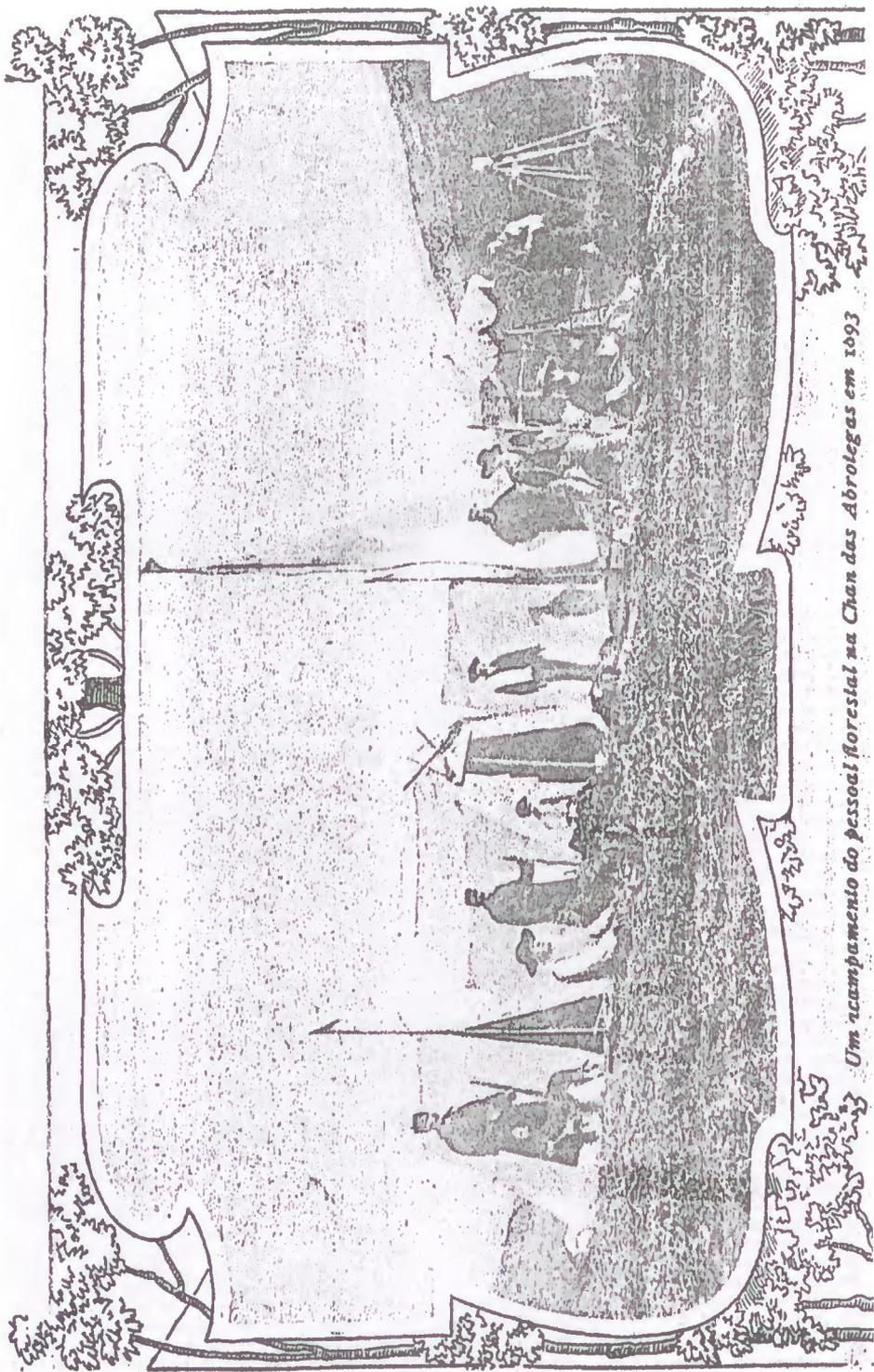
Se não fôra possível lisongear a vaidade de um caçador entre tantos, attribuindo-lhe as honras exclusivas da partida de caça que vinha de realisar-se, essa circumstancia mais vinha consagrar a cordealidade affectuosa inalteravelmente mantida entre todos os caçadores durante os tres dias da excursão venatoria. Pode á primeira vista parecer mesquinho o resultado de um tão grande esforço perante um quadro de caça onde apenas figuravam seis, corços e umas oitenta perdizes,

em não faltava quem evocasse a primeira caçada da «Iberica» nas suas coutadas de Hespanha, onde o conde da Ribeira, o visconde do Tojal, José Mattos Braamcamp, José e Simão da Veiga, José Ahrens, Jorge Rebello da Silva, Carlos Quintella, o dr. Arthur Ravara, José V. Cardoso, Carlos Pinto Bastos, Sebas-



A guarda florestal

Anexo 3 – Fig. 2



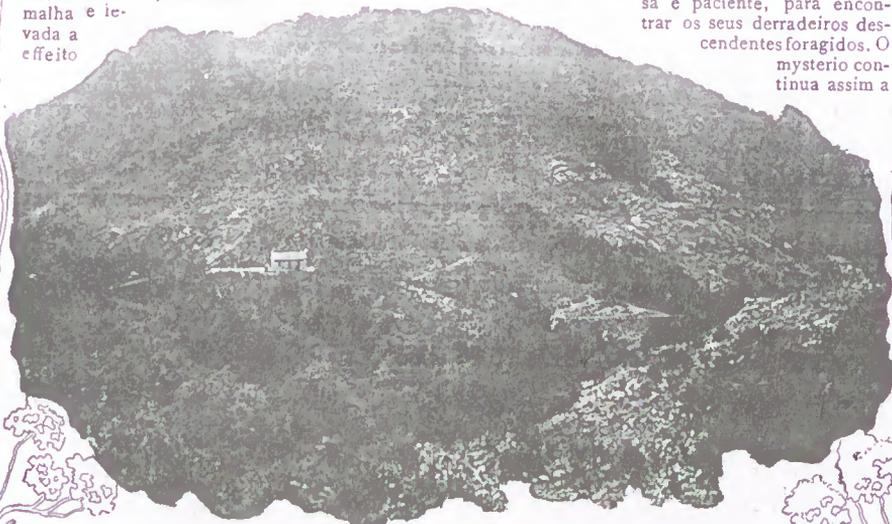


O unico exemplar photographado vivo da cabra do Gerez
Bode capturado no viveiro da Albergaria em 20 de setembro de 1890
«No dia em que foi apanhada a cabra chovia. Em Albergaria trabalhava-se na preparação
de terreno para o viveiro. A cabra veio de cima, do Rio do Forno, caminhando
socegada, a atravessar a terra cavada. Os trabalhadores, recolhidos da chuva,
descobrem-na e um grita:— Lá vai uma cabra! Todos saem, gritam,
cercam-na, chegando um a disparar um tiro que a não atinge. A
cabra, sobre a terra amolecida, mais se enterra com os esforços
para fugir, sendo de um sítio para se atolar n'outro, permitindo
assim que os homens lhe deixassem a mão, apanhando pela primeira
vez viva uma cabra brava da serra do Gerez, que foi lundem
a sítima vista na mesma serra. Estavam os guardas florestaes Bal-
thazar da Silva, José Ribeiro, José Lemos e Manuel Joaquim Ribeiro.»
(REPRODUÇÃO FEITA PELO EX.º SR. DR. RICARDO JORGE)



tião Atalaya, Manuel Frago- so, Jayme e Eduardo Frago- so, de Sequeira e Salvador Duarte, de companhia com outros tantos caçadores hespanhoes, abateram em seis dias doze javalis e sete veados. Essa caçada celebre, das mais fructuosas que caçadores portuguezes teem realizado n'estes ultimos vinte annos, não pôde porém pôr-se em confronto com o raid venatorio do Gerez, effectuado em terrenos da serra, n'uma area vastissima por onde facilmente a caça se tres- malha e ic- vada a effeito

antes defi- nitivamente a con- quistou. Excluidas as padas reaes, a maravilhosa serra do Minho continua sendo o ultimo reducto de caça grossa do paiz, onde o caçador portuguez pôde ainda, sem transpôr as fronteiras, experimentar as fortes emoções das montarias. A cabra brava, a elegante e rara *capra hispanica* de Schimper, essa é que desértou, dizimada, das agrestes solidões da serra. Ha que voltear pela Mourella e pela Nevosa, n'uma expedição escrupulo- sa e paciente, para encon- trar os seus derradeiros des- cendentes foragidos. O mysterio contina assim a



A encosta de Palheiros, onde se realisou a ultima batida

no acelerado praso de tres dias, consumidos, na sua maior parte, em ascensões e marchas fatigantes. Para poder fazer-se a analyse imparcial das caçadas do Gerez é indispensavel destacar de entre os seus variados episodios o facto capital representado pelas duas breves batidas do dia 17. Em pouco mais de duas horas de faina, ainda prejudicada por chuveiros copiosos, cinco corços foram abatidos em terrenos accidentados e abertos, tendo sido alvejados no decurso dos tres dias quinze corços e avistado um porco fóra do alcance de tiro.

O Gerez não perdeu com a caçada promovida pela *Illustração Portugueza* a sua fama venatoria;

envolver a sua existencia, embora affirmada por depoimentos numerosos.

Contra a sua extincção total trouxe a *Illustração Portugueza*, com o documento publicado no seu numero de 21 de setembro, um desmentido formal, que não consente nem receia as duvidas dos mais incredulos. O palpitante problema posto por esta revista, como motivo inicial para a expedição cynegetica emprehendida, se não ficou resolvido tambem não ficou abandonado. De alguém sabemos que tomou a decisão de proseguir nas investigações principiadas, levando-as até ao fim, sendo possivel que ainda este anno um grupo de caçadores, seguindo o curso do Misarella, emprehendam uma serie de batidas nas serras da Mourella e da Nevosa.



A condução para o Gerez dos tres corços mortos na encosta de Palheiros

UMA CAÇADA ÀS CABRAS BRAVAS NO GEREZ.

A "ILLUSTRAÇÃO PORTUGUEZA", PROMOVE UMA GRANDE EXCURSÃO VENATORIA NA SERRA DO GEREZ

No seu numero de 25 de novembro de 1907, a *Illustração Portuguesa*, n'uma breve monographia sobre a cabra montez, lançava o projecto de uma expedição venatoria destinada a apurar definitivamente a sobrevivencia ou o desaparecimento total da interessante especie na altitudada cordilheira do Gerez, onde, desde o seculo XVIII, todos os naturalistas, a começar por Link e Brotero, lhe assignalavam a existencia. Não caiu a idéa em terra safara. Com alguns caçadores travou a esse tempo a direcção da *Illustração Portuguesa* correspondencia, mais para



Bode capturado em 20 de setembro de 1890 pelos guardas florestaes do Gerez junto ao viveiro de Albergaria

experimentar até onde poderia contar com o seu interesse do que para se eximir ás difficuldades da ténerrima empreza ou repartir commodamente os trabalhos de tal iniciativa. E ao passo que entre os caçadores do sul do paiz presentia o vago receio ante os riscos e os obstaculos de uma jornada pelas vertentes agrestes do rio Homem, chegavam-lhe do norte incentivos poderosos, que hoje a animam a promover, com todas as probabilidades de exito, essa tão ardua



A Chan de Leonte na serra do Gerez
Ve-se no segundo plano o curral de pedra onde bernoitam os pastores
(CLICHÉ DA PHOTOGRAPHIA NACIONAL, DO GEREZ)



Em Nova Sautatuba
Grupo de camponeses e trabalhadores rurais, filhos dos primeiros
novos habitantes de Sautatuba na terra, e pertencida a primeira fazenda
do município, com o objetivo de proporcionar a todos os habitantes
o acesso a terrenos para o desenvolvimento das atividades

Anexo 3 – Fig. 7

CONSELHO DIRECTIVO DOS BALDIOS DA ERMIDA

ERMIDA - 4845 GERÉS

CÂMARA MUNICIPAL	
DE	
TERRAS DE BOURO	
Entrada em	15/05/1988
L.º	3.º N.º 533
Bina	

Ex.^{mo} Senhor
 Presidente, da Câmara
 Municipal de
 Terras de Bouro

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Villar da Veiga

ASSUNTO: Problemas entre duas freguesias

Ex.^{mo} Senhor
 Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro.
 O Conselho Directivo dos Baldios da Ermida,
 vem por este meio informar V.^ª Ex.^{cia} dos graves
 problemas que se pode passar entre o povo do
 Lugar da Ermida e do Lugar de Fafião.
 Como é do conhecimento de V.^ª Ex.^{cia} já andamos
 em Tribunal com o povo de Fafião. Passando
 pelos Tribunais das Comarcas e chegando
 até ao Supremo nunca conseguiram
 provar que terreno lhe pertencia.
 Posteriormente á decisão do Supremo, estes subiram
 á serra e auto-marcarão as arvores arbitrariamente
 e sem qualquer control, por tudo isto, dirigimo-nos
 a V.^ª Ex.^{cia} para que sejam alertadas as autoridades
 competentes, para problemas que passam a acontecer
 entre as duas freguesias.
 Com os melhores cumprimentos
 O Conselho Directivo

"Diário do Vinho"
25-04-81

Parque natural do Gerês

«Ali, entre as Portas de Leonte e a Albergaria, na zona mais nobre da Serra do Gerês, as montanhas ceifam impiedosamente a mata de milhares de pinheiros silvestres e de «camapipres», viçosos arbustos e árvores de grande porte».

O único pretexto parece ser o arrecadar de milhares de contos de rendimento sacados a uma terra de gente pobre para serem gastos por gente rica. Mas o motivo segundo os responsáveis é outro: irradiação da vegetação «exótica» e restituição da paisagem a um imaginado «antigamente» que não se apoia em dados científicos ou qualquer estudo sério mas,

Bem se pode dizer que o «ladro» mais uma vez gritou «aquí d'el rei» para, impune, cometer o seu crime».

Referindo-se ao posto fronteiriço, salienta que «toda a gente sabe que o posto da fronteira é na fronteira que deve ser implantado e não em Vilarinho das Furnas, local que, para a nossa gente, merece o respeito da monumental sepultura em que se tornou».

O documento passa depois ao ataque: «o que o público não sabe é que o Parque Nacional não passou, até à data, dum herdeiro avarento e degenerado do serviço florestal e que, nesta região, quase tem limitado a



Uma bela floresta em perigo?

muito, simplesmente, num desenho dum pintor qualquer.

Esse desenho foi promovido a «alcorão» ecológico e código de vida provisória ou morte certa da mata mais bela do País.

O documento refere mais adiante que se compreende agora o porquê da recente campanha contra a abertura da Fronteira da Portela do Homem e todo o «libelo de calúnia» lançado contra a Câmara Municipal de Terras de Bouro a propósito da construção do posto fronteiriço.

Era necessário pôr o ramo de loureiro num lado para vender o vinho no outro. Era necessário desautorizar, antecipadamente, a voz da autarquia e, simultaneamente, credenciar o Parque Nacional, perante a opinião pública, como paladino da defesa ecológica da Serra do Gerês.

sua acção ao corte sistemático de arvoredo numa área equivalente à terça parte do concelho e da qual se considera proprietário exclusivo.

O que as pessoas não sabem é que dessa vasta área desapareceram, desde então, as corças, os javalis, as trutas, as águas-vivas, etc., e, muito em breve, nem pássaros haverá, pois, por incuria do Parque, foi invadida por passarões que ali praticam nudismo, consomem droga, etc., etc.»

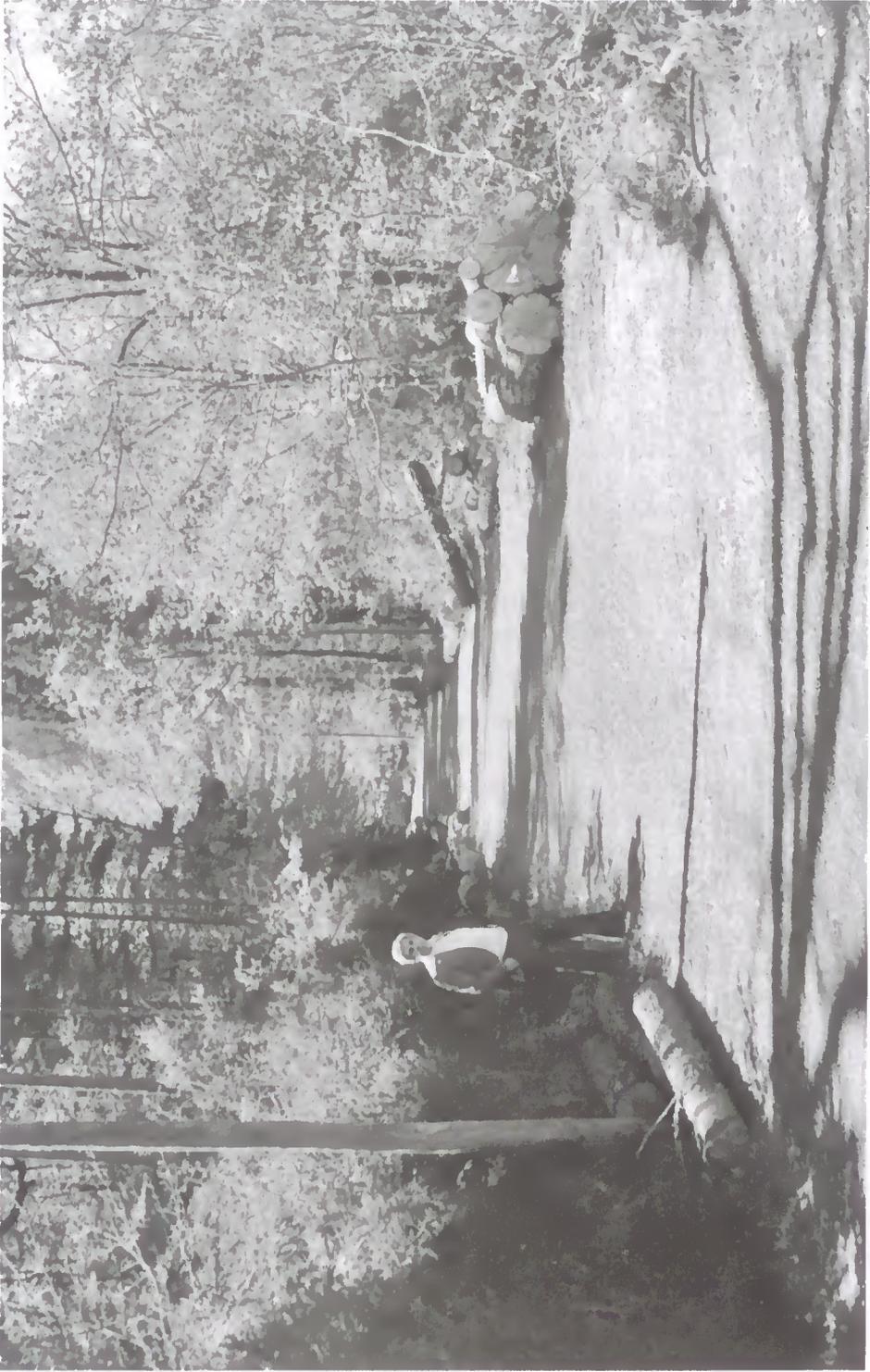
O texto da Câmara Municipal de Terras de Bouro termina dizendo: «o que os amantes da natureza não sabem, mas ficam a saber, é que, se quiserem despedir-se e reter a memória visual duma paisagem única neste país, devem apressar-se, pois, em breve, desaparecerá na grande «morgue» ecológica da Galiza».

P.N.

PÁG. 12

Anexo 5 – Fig. 2





Anexo 5 – Fig. 3



Câmara Municipal de Terras de Bouro

fol. 5

Luiz

EXTRACTO DA ACTA DA REUNIÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE 27/08/87

Acerca do arranjo da estrada que, partindo da Portela do Homem, serve os currais de Chão de Carvalhos, Calvos, Ciparros e Chão dos Touros e faz o acesso ao aforado de Vilárinho das Furnas, o Senhor Presidente submeteu à apreciação da Câmara 2 telegramas recebidos do Serviço Nacional dos Parques Reservas e Conservação da Natureza, em 20 e 24 do corrente mês, e prestou, por escrito, a informação seguinte:

Em fins de Agosto de 1985 um incêndio, vindo dos montados Espanhois, devastou toda a mata de carvalhos a nascente da Portela do Homem. Porque houve tempo bastante, o Parque Nacional poderia, com meia dúzia de trabalhadores e o mínimo de empenhamento, salvar a mata. Dias depois novo incêndio deflagrou na imensa mata que existia a poente da Portela do Homem e se estendia desde a linha da Fronteira até ao rio Homem e dali até à Serra Amarela.

O Parque, alertado pela Guarda Fiscal no início do incêndio, limitou-se a mandar para ali, muitas horas depois, 4 homens equipados com enxadas. Por isso, enquanto os Serviços do ICONA dominaram o incêndio na linha da fronteira, do lado português o Parque Nacional apenas assistiu à agonia da mata que se prolongou por vários dias.

Em consequência toda aquela montanha ficou calcinada e reduzida a pedras e pó. As primeiras chuvas do inverno, sem nada que as contivesse, rasgaram profundos sulcos e transformaram a estrada (entre a Chão do Carvalho e a Portela do Homem) numa enorme enxurreira por onde arrastaram toneladas e toneladas de escombros até ao recinto do posto da fronteira.

A pedido da Guarda Fiscal, a Câmara fez deslocar ali, de imediato, máquinas que removeram os escombros e, no Verão de 1986, aproveitou uma deslocação de máquinas àquele local (por ocasião das Festas da Fronteira) e procurou tapar, pelo menos, parte da enxurreira em que a estrada estava transformada.

No fim do Verão de 1986, o Parque Nacional procedeu ao abate de árvores naquela zona (as queimadas por fogo e até muitas outras que escaparam em pequenas ilhas onde o incêndio não chegou) e aproveitou o facto de a Câmara ter reparado a estrada para arrastar por ali os troncos das árvores abatidas.

.../...



Câmara Municipal de Terras de Bouro

Lujo

Anexo 6 – Fig. 2

.../...

E como nem se deram ao cuidado de atalhar os sulcos abertos na estrada pelo arrastamento das árvores, as chuvas do último inverno transformaram de novo a estrada em enxurreira e arrastaram mais escombros para o recinto da Fronteira.

De novo a Câmara removeu os escombros e de novo aproveitou a deslocação de máquinas à Fronteira (por motivo da festa que se realizou em 23 do corrente) para tapar a enxurreira aberta na estrada. Nenhuma árvore (das poucas que existem) foi abatida e nenhum dano causado.

Porém, quando o arranjo da estrada estava quase concluído, o Director do Parque telefonou ao Presidente da Câmara "ordenando-lhe" que parasse com os trabalhos. E apesar de lhe ter sido explicado que se tratava de um simples arranjo da estrada para proteger dos enxurros o recinto da Fronteira, persistiu na afirmação de que iria embargar e desligou ofensivamente o telefone.

Na manhã do dia 21 chegou às mãos do Presidente da Câmara um telegrama do SNPRCN do seguinte teor: " Este SNPRCN teve conhecimento que por ordem de V. Ex^ª., encontram-se máquinas abater árvores - carvalhos - em mata pertencente Estado junto Fronteira Portela do Homem área Parque Nacional Peneda Gerês. Todo qualquer trabalho obras actividades nomeadamente corte árvores área protegida necessitam autorização entidades competentes. Esses cortes árvores violam disposto seguinte diploma: Lei de Base do ambiente reserva ecológica nacional decreto 187/71 de 8/5. O SNPRCN entidade que superintende Parques áreas classificadas de protecção Natureza e tem como atribuição a protecção do património genético pelo que se solicita: que seja imediatamente suspenso todo e qualquer trabalho. Retirar máquinas e pessoal da zona afectada da mata de carvalhos em Portela do Homem; se ja resposta a situação tal como se encontrara anteriormente à infração (artigo 48 da Lei 11/87) sob pena de se embargar (artigo 5/1 alínea e) DL 87/71 - 8/5 para além de incorrerem em crime de desobediência (Art^º 388 T.L).

No dia 24 do corrente o Presidente da Câmara recebeu novo telegrama do SNPRCN do teor seguinte: " SNPRCN tem conhecimento decisão da Câmara no suspender abate de carvalhos na mata junto Fronteira Portela do Homem. A presidência do SNPRCN congratula-se com a decisão da Câmara aprecia espírito de colaboração demonstrada e coloca-se à disposição de V. Ex^ª., para debater os assuntos de interesse mútuo que V. Ex^ª. entenda conveniente e oportuno.

.../...



Câmara Municipal de Terras de Bouro

.../...

Perante os factos referidos a Câmara Municipal não pode deixar de:

- a) Lamentar que o SNPRCN não tenha sequer tentado contactar com o Presidente da Câmara antes de enviar o primeiro telegrama nos termos em que o fez.
- b) Esperar que o SNPRCN, esclarecida a situação criada, exija responsabilidade a quem o induziu em erro, apresente formalmente desculpas e manifeste disponibilidade para debater este e outros assuntos de interesse mútuo.
- c) Manifestar o mais veemente repúdio pelo comportamento do Director do Parque que, não satisfeito em ter arruinado, de forma irreparável, o Parque Nacional do Gerês, recorre sistematicamente a mentiras para atingir a dignidade das pessoas que se lhe opõem.

Terras de Bouro, 31 de Agosto de 1987.

O Presidente em exercício,

(Dr.^a Maria José Creissac F. Campos)



ANEXO 1

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

TELEFONES 351135 351445 351332 • TELEFAX 351894

CONTRIBUINTE N.º 600 018 090

Exmº, Senhor
Engº. Joaquim Poças Martins
Dignmº, Secretário de Estado do
Ambiente e do Consumidor
Rua do Cónsulo, 51
1200 LISBOA

Anexo 7 – Fig. 1

Sua referência

Sua comunicação de:

Nossa referência:

4340 TERRAS DE BOURO

Ofício n.º 151/DOM

95/04/06

Assunto:

Agradeço o facto de V. Exª. ter determinado que a Câmara Municipal fosse incluída no protocolo a celebrar entre o PNPG e a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para "erradicar" as mimosas.

Sucedo que não o poderei subscrever.

Desde logo porque, de acordo com o parecer dos serviços administrativos da Câmara Municipal que junto (doc. 1), tal protocolo não tem suporte jurídico.

E também não tem qualquer suporte técnico já que nenhum estudo sério nem nenhum projecto com um mínimo de credibilidade lhe serve de base.

Por outro lado, a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que, em convivência com o PNPG, tem violado todas as normas de recrutamento de pessoal (anúncios de oferta de emprego, processo de selecção, visto do Tribunal de Contas, etc.), não pode contar também com a convivência da Câmara Municipal pois trata-se duma situação muito grave do ponto de vista legal.

Acresce que o referido no nº 3 do protocolo (doc. 2) é um atestado de bom comportamento passado a uma Junta de Freguesia da CDU digno de figurar no Jornal "O Avante". O PNPG é capaz de tudo para atingir os seus fins mas, a Câmara Municipal pauta a sua conduta por critérios de rigor.

SECRETARIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E DO CONSUMIDOR	
Entrada n.º <u>1602</u>	Data <u>95/04/06</u>
CLASSIFICAÇÃO <u>28.18/1</u>	

Fig. 005 A 4



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

TELEFONES 35 11 25 - 35 14 45 - 35 13 32 • TELEFAX 35 18 94

CONTRIBUINTE N.º 680 018 050

E acresce também que como nem o PNPG nem o ICN honraram o último protocolo assinado com a Câmara Municipal e referente ao equipamento de recolha de lixo, é penoso para a Câmara Municipal celebrar protocolos com entidades que não os sabem honrar.

Com os melhores cumprimentos.
O Presidente da Câmara Municipal,

José António de Araújo
(Dr. José António de Araújo)

Junto:

- Parecer dos serviços administrativos da Câmara Municipal
- Texto do protocolo

AA/RC



VARA MUNICIPAL
DE
ARRAÇ DE CÂMARA
Município em 05/04/1995
42 N.º 1.202
Luo

MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO
TELEFONES 35 11 35 - 35 14 45 - 35 13 02 - TELEFAX 35 18 94
CONTRIBUINTE N.º 80010 000

INFORMAÇÃO

Relativamente à solicitação verbal de V.Ex.ª sobre o enquadramento jurídico do protocolo a celebrar entre o PNPG e a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para o combate a infestantes (designadamente "mimosas"), cumpre-me, salvo melhor opinião, informar o seguinte:

- 1.- A Lei 1/79, de 2 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), previa no seu artigo 10º nº 1 que até 30 de Abril de 1979 o Governo apresentasse à Assembleia da República uma proposta de lei que delimitasse a coordenação das actuações da administração central, regional e local, relativamente aos respectivos investimentos.
- 2.- A mesma Lei impedia, no seu art.º 16º quaisquer formas de subsídio ou comparticipação financeira às autarquias locais por parte dos Estado ou de outros entes públicos.
- 3.- A regulamentação prevista no ponto 1 apenas viria a concretizar-se em 1984 através do Decreto-Lei 77/84 de 8 de Março que no seu artigo 8º enumera exaustivamente os domínios para a realização de investimentos públicos por parte das autarquias locais e onde o presente (defesa do meio ambiente - Conservação da Natureza) julgo não ter cabimento.
- 4.- O artigo 11º do mesmo diploma permitia às Juntas de Freguesia, por delegação do município, realizar os investimentos referidos no já citado artigo 8º devendo o município assegurar o respectivo apoio técnico e financeiro.
- 5.- Esta situação já merecia, aliás, referência especial no preâmbulo do mesmo diploma que saíentava "*...às freguesias não são atribuídas competências próprias em matérias de investimentos, unicamente lhes cabendo actuar por delegação da administração municipal*".
6. - As actuações relativas a investimentos não referidos no mesmo art.º 8º, deveriam ser exercidas pela administração central, ou pelas autarquias locais, mediante acordo prévio a celebrar com o Governo, e sem qualquer apoio financeiro não previsto na Lei das Finanças Locais ou, ainda, em regime de colaboração (art.º 12º nº 1) que seria objecto de regulamentação a constar de contratos-tipo que os departamentos competentes da administração central colocariam, para o efeito, à subscrição voluntária das autarquias locais (art.º 12º nº 2).
7. - Em 29 de Março de 1984, foi publicada nova Lei das Finanças Locais que revogou através do seu art.º 34º nº 1 a Lei 1/79 acima referida mantendo em vigor, no entanto, os diplomas legais publicados em execução da Lei 1/79 na parte por si não contrariada (art.º 34º nº 2).

1
1

Anexo 7 - Fig. 3



Fumo



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

TELEFONES 35 11 25 - 35 14 45 - 35 13 32 • TELEFAX 35 18 94

CONTRIBUINTE N.º 660 018 030

H.2
R

11.- Efectivamente o Decreto-Lei 384/87 de 24 de Dezembro veio estabelecer o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial ou plurisectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios ou empresas concessionárias destes que exerçam a sua actividade no domínio dos sectores definidos no art.º 3º (*art.º 1º - âmbito*).

12.- O art.º 3º acima referido que define o objecto dos contratos-programa refere na sua alínea b) investimentos na área de "*Ambiente e recursos naturais...a instalação de sistemas de despoluição ou redução de cargas poluentes do ambiente e a protecção e conservação da Natureza*"

13.- Os artigos seguintes regulam a tramitação da celebração destes contrato-programas.

14.- O artigo 17º versa especificamente os acordos de colaboração nos domínios técnico e financeiro que poderão ser celebrados entre municípios e departamentos da administração central para a realização de empreendimentos de natureza sectorial e que, relevando exclusivamente do âmbito de competência de um departamento e de um município, não se revistam de complexidade, custo e duração de execução justificativos da elaboração dum contrato-programa. (*art.º 17º nº 1*). O nº 2 do presente artigo condiciona a celebração destes acordos à localização dos respectivos projectos em áreas abrangidas por Plano Director Municipal plenamente eficaz.

15. - Assim e em conclusão:

A.- Da leitura das disposições legais citadas parece-me, salvo melhor opinião, que as Juntas de Freguesia apenas poderão realizar despesas de investimento no âmbito das competências das autarquias locais (*art.º 8º do Dec.-Lei 77/84 de 8 de Março*), desde que lhes sejam delegadas pelo município. (Ponto 4 e 5 da presente legislação).

B. - O Decreto-Lei 384/87 exclui, no âmbito da sua aplicação, a freguesia pelo que a considerar-se o mesmo como diploma regulador referido no nº 2 do art.º 12º do citado Decreto-Lei 77/84 (ponto 6 desta informação) as actuações no exercício de competências em regime de colaboração será apenas permitido aos municípios.

C. - A celebração do presente protocolo, pelas razões que atrás enumero, será, no meu entender, de legalidade duvidosa.

APROVADO
DESIGNO PARA OUTRO
EM

PROT O C O L O

JOAQUIM POÇAS
Secretário de Estado do Ambiente
e do Ordenamento do Território

1 O Parque Nacional da Peneda - Gerês (PNPG), que na sua Area de Ambiente Rural abrange mais de uma centena de povoações, não pode obviamente dispensar os trabalhos necessários à gestão do seu espaço, para preservação do seu inigualável património natural e cultural.

2 Nestes trabalhos, inclui-se a necessidade de combate a infestantes, em particular a Acacia dealbata, no sentido de travar o seu avanço e de reduzir significativamente a sua área de implantação, permitindo o desenvolvimento das espécies autóctones e outras com características beneficiadoras do ecossistema em geral e do solo em particular.

3 A Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, empenhada num ideal de desenvolvimento que respeita e incorpora os princípios da Conservação da Natureza, considera que estes trabalhos são simultaneamente importantes para a defesa do património da Freguesia e para a melhoria do bem estar dos residentes, bem como para o aprofundamento da solidariedade institucional e da consciência das populações em torno de nobres objectivos de interesse geral comum.

4 Assim, a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga compromete-se a executar os trabalhos referidos no ponto 2, e o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), através do Parque Nacional da Peneda-Gerês, participará com o apoio técnico, e com uma verba que não excederá a importância de esc: 23 327 850\$00 (vinte e três milhões trezentos e vinte e sete mil oitocentos e cinquenta escudos), conforme discriminação anexa, que será liquidada à medida que os trabalhos acompanhados pelo PNPG, se forem desenvolvendo, mediante a apresentação das correspondentes facturas. O combate a infestantes irá incidir numa área de 250 ha, tratados em anos anteriores e que apresentam rebentação. Além deste tratamento, será efectuado o combate a mais cerca de 50 Ha em áreas nunca tratadas.

5 O presente protocolo vigora até à conclusão dos trabalhos referidos no ponto 2, que se prevê tenha lugar até final de Junho de 1995, e não acarretará quaisquer despesas ou encargos suplementares para o ICN, para além dos referidos no ponto 4.

6

A importância referida no ponto 4; é respeitante ao discriminado no mapa anexo, e inclui a percentagem de 5% para pagamento de custos de gestão à J.F. de Vilar da Veiga.

..... de 1994

Pelo ICN

Pela C.M. de Terras de Bouro

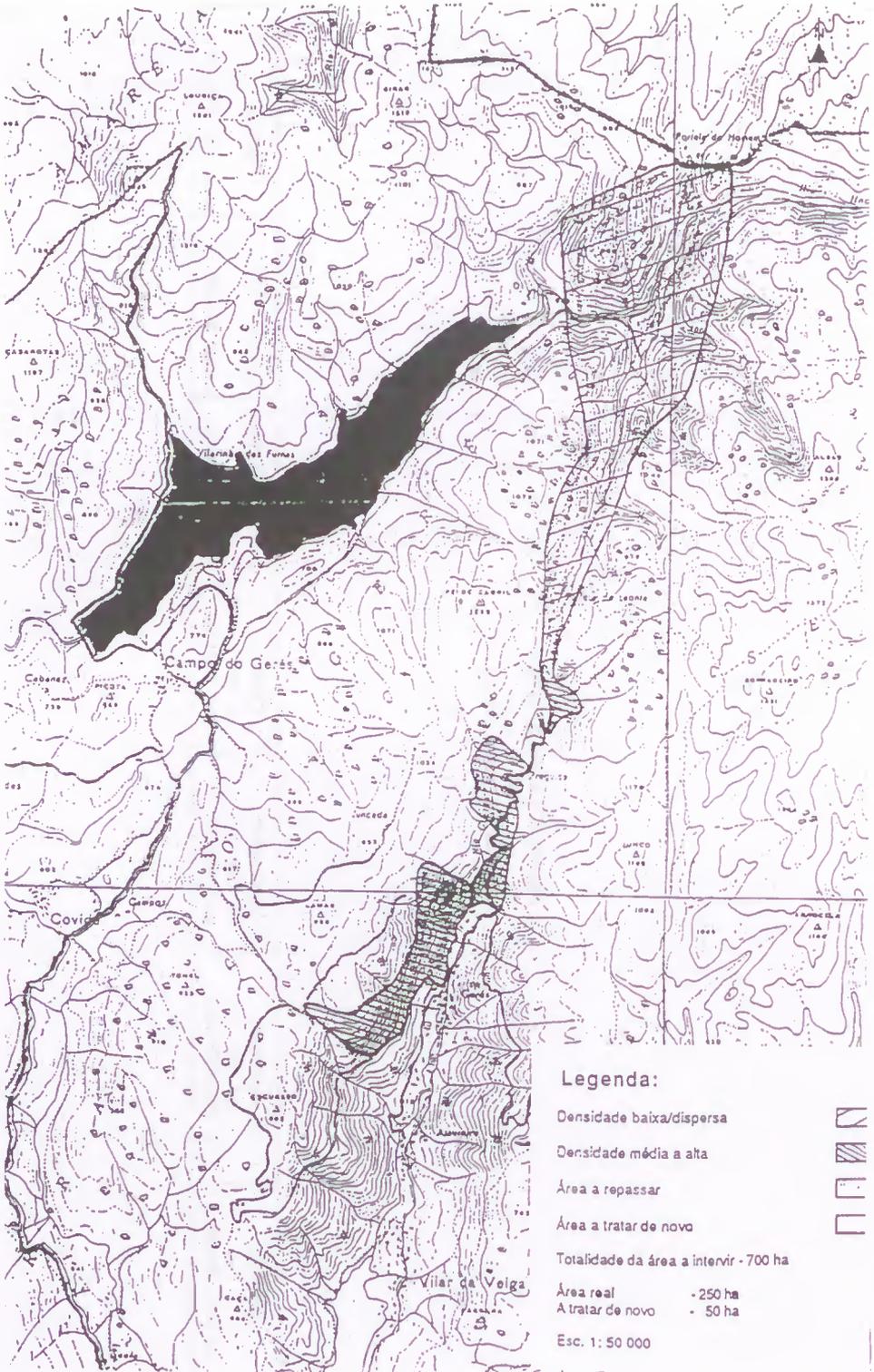
Pela J.F. de Vilar da Veiga

ANEXO

CONTROLE DE INPESTANTES
(Acacia denlhata Link)

PESSOAL	PRODUTO c/ IVA	TRANSPORTE c/ IVA	PLÁSTICO c/ IVA	MOTOSSERRAS c/ IVA	GESTÃO (5%)	TOTAL
12 607 000\$00	7 500 000\$00	660 000\$00	1 050 000\$00	400 000\$00	1 110 850\$00	23 327 850\$00

Anexo 7 – Fig. 8





Anexo 9 – Figs. 1 e 2



ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	9
CAPÍTULO 1 – AS ORIGENS.....	13
CAPÍTULO 2 – A PRAGA DOS PINHEIROS	17
CAPÍTULO 3 – OS PINHEIROS E OS OLIVAIS DA ERMIDA.....	19
CAPÍTULO 4 – OS PINHEIROS, A REPÚBLICA E PAIVA COUCEIRO	25
CAPÍTULO 5 – OS PINHEIROS E OS INCÊNDIOS.....	27
CAPÍTULO 6 – A ÉBOLA ECOLÓGIA DAS MIMOSAS	29
ANEXOS	39





